



Questão 1: Instituto AOCF - Asses (CM Maringá)/CM Maringá/Administrativo/2017

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Direito administrativo é o conjunto de regras que regulam as atividades da administração pública, tratando do funcionamento e da organização dos serviços públicos necessários à promoção do bem comum. Desta maneira, são princípios do Direito Administrativo:

I. Legalidade: impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. No gerenciamento público, não há margem para expressão da vontade meramente pessoal do administrador; Impessoalidade: é a execução das atribuições de uma função pública com competência, presteza, perfeição e rendimento funcional; Eficiência: o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

II. Moralidade: no exercício de suas funções, o agente público, além de observar a lei, deve utilizar suas faculdades humanas para distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto, ou seja, não poderá desprezar a ética em sua conduta; Publicidade: todo ato administrativo, a princípio, deve ser oficialmente divulgado, deve ser publicado. Essa divulgação é fundamental para que o ato seja de conhecimento pela sociedade e produza seus efeitos regulares; Finalidade: a Administração Pública só deve praticar atos que visem ao interesse público. O ato que colabora com interesses particulares é nulo por desvio de finalidade ou de poder.

III. Continuidade: o agente público é somente um gestor da coisa pública, assim como os órgãos públicos têm apenas a função de guarda dos bens do Estado; Indisponibilidade: uma vez que as demandas da sociedade não cessam, os serviços públicos não podem parar. Não é permitida a paralisação dos serviços de segurança pública, de saúde, funerárias, de acesso a justiça, etc.; Autotutela: cabe à Administração Pública retirar do ordenamento jurídico os atos inconvenientes, inoportunos e ilegais. No caso dos primeiros, ocorre revogação e, no dos últimos, a anulação.

IV. Supremacia do Interesse Público: sempre deverá prevalecer no confronto com os interesses particulares; Igualdade: todos têm o direito de receber da Administração Pública o mesmo tratamento, se iguais. Afinal, a Constituição Federal, no art. 5º, afirma que todos são iguais perante a lei; Motivação: os atos administrativos deverão ser motivados, ou seja, sua decisão deverá apresentar as causas e os preceitos legais que embasam sua existência.

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas I e IV.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas II e IV.

Questão 2: Instituto AOCF - Assist (CM Maringá)/CM Maringá/Legislativo/2017

Assunto: Poderes da Administração

Os Poderes Administrativos são inerentes à Administração Pública e possuem caráter instrumental, ou seja, são instrumentos de trabalho essenciais para que a Administração possa desempenhar as suas funções atendendo o interesse público. De acordo com o Poder Administrativo, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1. Poder Vinculado.

2. Poder Discricionário.

3. Poder Hierárquico.

4. Poder Disciplinar.

5. Poder Regulamentar.

() Autorização para porte de arma.

() Aplicação de pena de suspensão ao servidor público.

() A prática de ato (portaria) de aposentadoria de servidor público.

() O chefe do poder executivo expediu um decreto explicando o conteúdo de uma lei.

() Distribuir e escalonar as funções de seus órgãos.

a) 3 - 4 - 2 - 1 - 5.

b) 1 - 5 - 3 - 4 - 2.

c) 2 - 4 - 1 - 5 - 3.

d) 5 - 2 - 4 - 3 - 1.

e) 4 - 3 - 5 - 2 - 1.

Questão 3: Instituto AOCF - Ana Leg (CM RB)/CM RB/Direito/2016
Sobre os atos administrativos, é correto afirmar que

a) vícios de forma são insanáveis.

b) a administração não pode anular seus próprios atos, devendo o interessado recorrer ao Poder Judiciário para obter eventual declaração de nulidade.

c) não é possível o exame do puro mérito administrativo pelo Poder Judiciário.

d) ato vinculado é aquele em que o administrador faz um juízo de oportunidade e conveniência.

e) ato discricionário é aquele em que o legislador pré-definiu a única conduta possível do administrador diante da situação, sem deixar-lhe margem de escolha.

Questão 4: Instituto AOCF - Aux Adm (CRM MT)/CRM MT/2012
Órgãos Públicos são elementos integrantes, partes da estrutura de uma determinada pessoa jurídica, tratam-se de centros de competência, cuja atividade, por meio dos agentes nele lotados, é imputada à pessoa jurídica da qual eles são parte constitutiva.

Nesse sentido, assinale a alternativa que NÃO representa uma característica do Órgão Público.

a) Possuem personalidade jurídica.

b) Não possuem patrimônio próprio.

c) Alguns possuem autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

d) Alguns têm capacidade processual para defesa em juízo de suas prerrogativas funcionais.

e) São resultado da desconcentração.

Questão 5: Ano: 2013 - INSTITUTO AOCF - Colégio Pedro II - Técnico em Enfermagem

De acordo com a Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).



I. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

II. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

III. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

IV. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

- a) Apenas I.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I e IV.
- d) Apenas I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Questão 6: Instituto AOCF - Asses (CM Maringá)/CM Maringá/Legislativo/2017

Nos termos do art. 37, § 4º da Constituição Federal e do art. 12, da Lei nº 8.429/92, estão elencadas as sanções legalmente previstas para a prática de ato de improbidade administrativa, dentre as quais NÃO figura

- a) a perda da função pública.
- b) a perda de bens.
- c) a proibição de contratar com o Poder Público.
- d) a suspensão dos direitos políticos.
- e) o pagamento de multa de caráter penal.

Questão 7: Instituto AOCF - UFGD – Advogado/2014
Analisar as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários.

- I. a de dois cargos de professor.
- II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas cumulado com outros dois cargos de professor.
- IV. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas

- a) Apenas I, II e IV.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II, III e IV
- e) I, II, III e IV.

Questão 8: Instituto AOCF - Ana Leg (CM RB)/CM RB/Direito/2016

Assinale a alternativa correta sobre as modalidades de licitação.

- a) Concorrência deve sempre ser adotada para obras ou serviços de engenharia de valor superior a R\$150.000,00.
- b) Tomada de preços deve sempre ser adotada para obras ou serviços de engenharia de valor inferior a R\$150.000,00.

c) Convite deve sempre ser adotado para obras ou serviços de engenharia de valor superior a R\$1.500.000,00.

d) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.

e) Leilão é a modalidade de licitação para compra de mercadorias ou serviços pela administração.

Questão 9: Instituto AOCF - Ana Tec (MPE BA)/MPE BA/Arquitetura, Urbanismo e Engenharia/Engenharia Civil/2014

Segundo a Lei 8.666 /1993, é correto afirmar que

- a) é motivo de rescisão do contrato, a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra nos prazos estipulados.
- b) é permitido apenas aos licitantes o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.
- c) fica desobrigado o contratado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões que se fizerem nas obras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- d) integrará o edital ou ato convocatório da licitação, apenas em casos especiais, a minuta do contrato.
- e) ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, apenas após decorridos 90 (noventa) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para contratação.

Questão 10 – CEPID – 2018 – De acordo com o Código de Ética do Tribunal Regional Do Trabalho do Rio de Janeiro, julgue os itens abaixo.

- I – Este referido código possui aplicabilidade apenas no âmbito do TRT/RJ, afastado dos demais TRTs no território nacional;
- II – Um dos objetivos deste Código de Ética é reduzir a objetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados no Tribunal, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada servidor com os valores da instituição;
- III – Um dos princípios éticos fundamentais expressos é o da eficiência;
- IV – É vedado ao servidor exercer advocacia, de forma direta ou mediante a prestação de auxílio, salvo em benefício de cônjuge, companheiro ou parente em linha, colateral ou por afinidade até o terceiro grau;
- V – É vedado ao servidor manter sob subordinação hierárquica cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive.

Estão corretas as assertivas:

- a) apenas I;
- b) III e IV;
- c) I e III;
- d) III e IV;
- e) I, III e V.

Questão 11 – CEPID – 2018 – De acordo com o Código de Ética do Tribunal Regional Do Trabalho do Rio de Janeiro, julgue os itens abaixo.

- I – A comissão de ética é composta por 3 membros;
- II – Nunca haverá remuneração pelos trabalhos desempenhados na Comissão de Ética;
- III – Os membros da Comissão de Ética devem ser todos servidores efetivos e estáveis;
- IV – Ficará suspenso da Comissão, após o trânsito em julgado, o membro que vier a ser condenado criminalmente ou administrativamente ou transgredir a qualquer dos preceitos deste Código;

V – A Comissão de Ética, sempre que constatar a possível ocorrência de ilícitos penais, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, encaminhará cópia dos autos às autoridades competentes para apuração de tais fatos, sem prejuízo da adoção das demais medidas de sua competência.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, II, III, IV e V
- b) I, II, IV e V;
- c) II, IV e V;
- d) I, II, III e V;
- e) I, III e V.

Questão 12 – CEPID – 2018 – Nos termos do Regimento Interno do TRT da 1ª Região, considere os seguintes itens:

- I. Lista sêxtupla organizada pelo Tribunal Pleno.
- II. Nomeação realizada pelo Presidente da República.
- III. Lista com o número de nomes correspondente ao número de vagas mais 2 nomes.
- IV. Em caso de empate, será feita nova votação.
- V. Lista tríplice remetida ao Presidente do Tribunal.

Faz parte das regras atinentes ao preenchimento de vaga de Desembargador em qualquer uma de suas formas o que consta APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, II, III, IV e V.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, III, IV e V
- e) I, II, e IV.

Questão 13 – CEPID – 2018 – Nos termos do Regimento Interno do TRT da 1ª Região, considere os seguintes itens:

- I. As Turmas do Tribunal são constituídas por cinco desembargadores sendo admitida o gozo de férias de 2 desembargadores em mesmo período.
- II. O Órgão Especial é constituído por onze membros, para o exercício de funções administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno.
- III. É vedado os cargos da administração do Tribunal serem acumulados com quaisquer outros cargos ou funções, ressalvada a participação do Presidente e do Vice-Presidente na SEDIC.
- IV. Não poderão ter assento, na mesma Turma, Seção Especializada ou Órgão Especial, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral até o terceiro grau.
- V. O Tribunal é composto de cinquenta e quatro desembargadores, sendo conferido a cada um destes um gabinete, com lotação aprovada pelo Órgão Especial, e dois assessores, bacharéis em Direito, de sua livre indicação e nomeação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II, III, IV e V.
- c) I e III.
- d) II, III e IV.
- e) II, III e V.

Questão 14 – Tendo em vista as disposições do TRT da 1ª região e seu Regimento Interno, marque a alternativa que corresponde a uma competência do Tribunal Pleno.

- a) decidir os pedidos de remoção e permuta de juízes titulares, ouvida a Corregedoria Regional para informar o estado em que se encontram os serviços das respectivas Varas do Trabalho, inclusive se os pretendentes possuem atrasos na prolação de sentenças, expedindo os respectivos atos;
- b) presidir a Comissão de Responsabilidade Socioambiental;
- c) julgar os recursos contra atos ou decisões do Presidente do Tribunal em matéria administrativa;
- d) aprovar e alterar o Regimento Interno;
- e) prestar informações ao Tribunal Pleno sobre o prontuário dos juízes, para fins de promoção, de aplicação de penalidade ou de vitaliciamento.

Questão 15 – Tendo em vista as disposições do TRT da 1ª região e seu Regimento Interno, marque a alternativa que corresponde a uma competência do Presidente do Tribunal.

- a) propor ao Tribunal Pleno a instauração de processo administrativo disciplinar, em face de juízes do trabalho titulares ou substitutos;
- b) autorizar o juiz a residir fora da área de jurisdição da Vara do Trabalho da qual é titular;
- c) deliberar sobre as demais matérias administrativas e jurisdicionais que não estejam incluídas na competência de outros órgãos do Tribunal;
- d) decidir reclamações contra atos atentatórios à boa ordem processual ou funcional, relativos a processos de primeiro grau, apresentadas no prazo de cinco dias, a contar da ciência do ato impugnado, nos casos em que não houver recurso legal;
- e) elaborar a proposta orçamentária do Tribunal e supervisionar a execução do orçamento da secretaria do Tribunal e serviços auxiliares.

Questão 16: CESPE - TNS (Pref SL)/Pref SL/Assistência Social/2017

Em 2015, foi instituída a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à sua cidadania. Em relação ao disposto nesse estatuto, assinale a opção correta.

- a) Os hotéis e as pousadas devem disponibilizar, no mínimo, 30% de seus dormitórios, independentemente da localização, para pessoas portadoras de deficiência.
- b) As salas de cinema devem oferecer sessões especiais a portadores de deficiência, garantindo, dessa forma, a acessibilidade aos filmes, incluindo acompanhamento até o interior das salas.
- c) O valor dos ingressos da pessoa com deficiência pode ser superior ao valor cobrado das demais pessoas.
- d) As frotas de empresas de táxi e as locadoras de veículo devem reservar, no mínimo, 30% de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência, adaptados com vidro elétrico e câmbio automático.
- e) Cabe ao poder público disponibilizar professores para o atendimento educacional especializado, além de tradutores e intérpretes com, no mínimo, ensino médio completo e certificado de proficiência em LIBRAS, quando atuantes na educação básica.

Questão 17: IBFC - Esp Reg (AGERBA)/AGERBA/2017

Tomando por base as disposições da lei federal nº 13.146, de 06/07/2015 que institui a lei de inclusão social da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- a) A avaliação da deficiência, quando necessária, será psicossocial, realizada por equipe multiprofissional de uma mesma área disciplinar
- b) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar
- c) É proibida qualquer forma de avaliação da deficiência
- d) A avaliação da deficiência é obrigatória, devendo ser psicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar

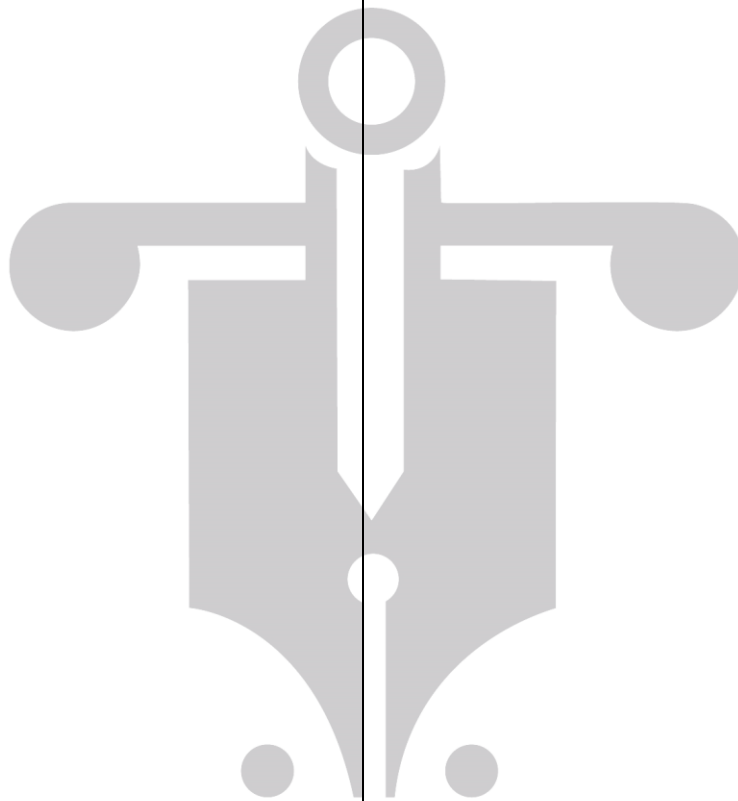


e) A avaliação da deficiência é obrigatória, podendo ser biopsicossocial ou não, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar

Questão 18: FCC - AJ TRT11/TRT 11/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

No que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que

- a) a pessoa com deficiência sempre será submetida à curatela.
- b) a curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária.
- c) a curatela é proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e persiste obrigatoriamente até que sejam completados os 21 anos de idade.
- d) é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- e) a curatela não afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.



Gabarito:

- | | | | | | | |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1) E | 2) C | 3) C | 4) A | 5) E | 6) E | 7) A |
| 8) D | 9) A | 10) A | 11) D | 12) A | 13) C | 14) D |
| 15) E | 16) E | 17) B | 18) D | | | |